



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT/DF

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2019
(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para discutir os riscos de flexibilização das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalhador.

Senhora Presidente,

Requeiro, com fundamento no artigo 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para discutir os riscos de flexibilização das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalhador. Para tanto, solicitamos sejam convidados/as:

- I- Ministério Público do Trabalho;
- II- Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho;
- III- Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal;
- IV- Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; e
- V- Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil é quarto país no ranking de acidentes de trabalho. Dados do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho apontam que, a cada 49 segundos, um acidente de trabalho é registrado no país. De 2012 a 2018, ocorreram 4 milhões de casos, sendo que 16 mil resultaram em morte. Constam



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT/DF

entre as áreas com o maior número de acidentes: atendimento hospitalar; comércio varejista, com predominância de produtos alimentícios (hipermercados e supermercados); administração pública; construção de edifícios e transporte rodoviário de carga.

Na contramão da prevenção a esses acidentes, o governo federal pretender revisar as Normas Regulamentadoras relativas à saúde e à segurança dos trabalhadores brasileiros, o que soa como grande retrocesso às leis de proteção social e já desperta preocupações em parlamentares, especialistas, autoridades trabalhistas e entidades sindicais.

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia anunciou recentemente que essas normas passarão por um processo de “revisão” e “modernização” ainda este ano, a pretexto de simplificar e desburocratizar as NRs como forma de aumentar a produtividade e a competitividade.

Para especialistas, a modernização e desburocratização pretendidas pelo governo se traduzem em precarização do trabalho e apontam para o abrandamento da responsabilização do empregador no que tange a um ambiente laboral saudável e seguro. Tal pretensão não pode servir como argumento para que o governo reduza a quantidade de normas técnicas, pois, assim sendo, poderá resultar em graves prejuízos para trabalhadores e empresas.

Diante do exposto, e considerando a necessidade de salvuardarmos o direito à proteção da vida e da saúde nas relações do trabalho, reiteramos a importância de realização da presente audiência pública, pelo que solicitamos o apoio dos nobres Pares para aprovação do Requerimento.

Sala das Comissões, em _____ de _____ de 2019.

Deputada **ERIKA KOKAY PT-DF**